

Dissertações

defendidas no Programa
de Pós-graduação em
Geografia/UFMG no
2º semestre de 2016

IDENTIDADE ALÉM DAS FRONTEIRAS ? : PERTENCIMENTO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO NA METRÓPOLE DE LILLE-KORTRIJK-TOURNAI

Paulo Vitor Siffert Diniz

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Doralice Barros Pereira

Data de Defesa:

01/08/2016

A região Nord-Pas de Calais, onde se encontra Lille, foi o principal centro industrial e de mineração de carvão da França entre o século XIX e o ano de 1990, quando a última mina foi fechada. Porém, antes disso, a partir da década de 1970, a indústria na região passou a perder força em consequência de mudanças estruturais no capitalismo global. Isso acarretou em uma crescente situação de penúria socioeconômica para sua população e também para parte da população belga que, desde os primórdios da atividade, cruzava a fronteira diariamente para servir como mão-de-obra nas minas.

A situação exigia que toda a região se reinventasse economicamente. A assinatura do Tratado de Schengen (1985), que flexibilizou o trânsito de pessoas e capital entre as fronteiras franco-belgas, contribuiu para um plano que envolvia aumentar a integração entre as regiões vizinhas e que culminou, por fim, com a criação oficial da Eurométropole Lille-Kortrijk-Tournai (ELKT) em 2008. O intuito da criação da ELKT era primordialmente econômico: ao se integrar as três regiões, aumentava-se a oferta de empregos e dinamizaria uma região transnacional com enorme potencial. Soma-se a essa capacidade de se sobressair na nova configuração econômica internacional a localização extremamente estratégica da Eurométropole no interior da Europa: entre Paris, Bruxelas e Londres, ligada até elas pelo moderno TGV (trem de grande velocidade).

No entanto, o plano eurometropolitano também deveria ser apelativo à população em geral, e não só aos governantes e empresários; a ideia de uma “cidadania eurometropolitana” precisava ser criada e difundida, já que a adesão da população ao grande projeto econômico facilitaria e aceleraria o processo de retomada do crescimento da região. Uma identidade que fosse comum a todos – habitantes de Nord-Pas de Calais, Wallonie e Flandres – deveria tomar forma e ajudar na coesão social da nascente metrópole transnacional.

Essa é uma tarefa que envolve criar um capital cultural comum entre cidadãos de dois países distintos, com duas línguas diferentes (se fala o holandês em Flandres) e, no caso específico da Bélgica, com uma enorme rivalidade regional interna, além daquela com a própria França. Para contribuir na tarefa, o Festival NEXT foi criado: transfronteiriço (tendo espetáculos em cidades dos dois lados da fronteira), esse evento tem frequência anual e busca a conformação de uma identidade eurometropolitana a partir da cultura e do trânsito de pessoas por todo o território da ELKT. Isto posto, colocamos aqui como objetivos do trabalho identificar se já existe uma “identidade eurometropolitana”; e se existe, qual identidade é essa? Quais os processos sociais e culturais que permeiam o projeto identitário da Eurométropole Lille-Kortrijk-Tournai?

Daniel Moreira de Souza ANÁLISE FÍLMICA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: ENTRE
Orientadora FRONTEIRAS E LIMITES

Profª. Drª. Rogata Soares Del Gaudio

Data de Defesa:

11/08/2016

O objetivo dessa pesquisa é analisar a potencialidade da análise fílmica no ensino de geografia. Adotando a fronteira como categoria de análise, buscamos por meio das funções estilísticas da linguagem do cinema (nesse caso, Enquadramento, direção de arte e movimentos de câmera), analisar se esta potencializa o ensino da categoria fronteira em sala de aula. Seguindo os pressupostos da Aprendizagem Significativa e adotando instrumentos de intervenção da pesquisa-ação, buscamos elucidar se os alunos do segundo ano do ensino médio-técnico do curso de meio ambiente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais(CEFET-MG) potencializaram seus conhecimentos acerca do conceito de fronteira utilizando análise fílmica.

O ESTUDO DO RELEVO: OPERACIONALIZAÇÃO DE PROCESSOS, CONCEITOS E INTERPRETAÇÕES DO VIVIDO

Lorena Raniely Ferreira
Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Valéria de Oliveira Roque
Ascensão

Data de Defesa:
12/08/2016

Esta dissertação de mestrado objetivou investigar se a Geografia, na forma como está escolarizada, permite que o aluno desloque o conhecimento construído em sala de aula para aplicá-lo em situações do vivido. Nesse sentido, buscou-se responder a questão: Em que medida a operacionalização de processos e conceitos favorece ao educando a compreensão do relevo como um componente espacial dinâmico, presente no cotidiano? Visando atender o objetivo principal e os objetivos específicos, foi realizada uma pesquisa-ação que possibilita estabelecer interação entre o pesquisador e os sujeitos inseridos na investigação, neste caso, a autora e seus alunos do 6º ano do Ensino Fundamental. Para tanto, foram aplicados três instrumentos de pesquisa, no formato de atividades, de maneira sequencial, buscando identificar como os alunos percebem o relevo e interpretam os fenômenos relacionados, na micro e macroescala, em situações cotidianas. Embora os processos e conceitos referentes ao relevo tenham sido trabalhados em sala de forma clara, verificou-se pouco ou nenhum avanço do conhecimento, os alunos não se deslocaram do senso comum.

Ana Acácia Ribeiro Silva

Orientador:

Prof. Dr. André Augusto Rodrigues Salgado

Data de Defesa:

17/08/2016

A INFLUÊNCIA DOS ASPECTOS GEOMORFOLÓGICOS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA BAHIA: OS CASOS DE SALVADOR, RECÔNCAVO BAIANO E FEIRA DE SANTANA - BA

A Bahia é uma das vinte e sete unidades administrativas do Brasil. Possui um vasto território (564.733 km²) de grande valor histórico e cultural. Desde o início de sua colonização a organização do seu espaço sofreu fortes influências econômicas e sociais as quais foram fundamentais para o desenvolvimento de cidades e regiões no estado. Tal fato parece ser consenso nos trabalhos científicos que investigam a formação territorial do Estado da Bahia. No entanto, elementos naturais foram também de suma importância para o seu arranjo espacial, principalmente no início da ocupação deste território. Sendo assim, surgiu a inquietação de pesquisar e expor como os elementos de ordem natural, mais especificamente os de cunho geomorfológico, influenciaram a formação territorial da Bahia entre os séculos XVI e XIX. A metodologia utilizada para comprovar esse fato baseou-se revisão bibliográfica, em procedimentos cartográficos e em trabalhos de campo. A coleta de dados Geo-históricos referentes a três das principais áreas da Bahia: município de Salvador, o território do Recôncavo Baiano e o município de Feira de Santana, foram de suma importância para a efetivação dos objetivos desta pesquisa. Os resultados obtidos sugerem que elementos geomorfológicos tiveram grande relevância no processo de formação territorial dessas localidades. (I) Salvador, cidade onde se iniciou o processo de formação territorial do estado, tem seu histórico de ocupação ligado à presença da falha geológica, a qual foi ideal para a construção duma cidade fortaleza que seria a sede da província da Bahia. (II) O Recôncavo Baiano, conhecido pela sua notoriedade comercial e política do interior, nos tempos de Brasil colônia, possui seu desenvolvimento ligado principalmente à presença de um rio largo e navegável: o rio Paraguaçu. (III) Feira de Santana, atualmente a segunda maior cidade do estado, tornou-se um importante entreposto comercial do interior baiano. Tal fator foi favorecido pelo seu arranjo natural: riqueza hídrica (nascentes, rios e lagoas), relevo plano e posição geográfica. Os resultados desta pesquisa mostram que a geomorfologia possui laços estreitos com a formação do território baiano, revelando a importância do estudo Geo-histórico na formação territorial da Bahia e conseqüentemente do Brasil.

USO DA TERRA E VARIAÇÕES DE TEMPERATURA E UMIDADE RELATIVA DO AR NA BACIA DO CÓRREGO MARINHEIRO, SETE LAGOAS – MG.

Heli Cassio Monteiro

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Henrique Jardim

Data de Defesa:

17/08/2016

Esta pesquisa apresenta a análise da influência de fenômenos climáticos de macro e mesoescala nas variações dos elementos climáticos (temperatura, umidade relativa do ar e precipitação) na área da bacia hidrográfica do córrego Marinheiro no intervalo entre 1930 e 2015. Fenômenos como a Oscilação Decadal do Pacífico (ODP) e o El Niño foram fundamentais para a compreensão das variabilidades encontradas na sequência temporal. Com os dados disponíveis nesta perspectiva temporal foi possível verificar e discutir a importância da influência das transformações espaciais geradas pelo homem no comportamento dos elementos temperatura, umidade relativa do ar e precipitação na sequência temporal de 1930 a 2015, tendo em vista que o Município obteve um grande crescimento populacional entre as décadas de 1980 e 2000. Além dos dados históricos, os dados de campo gerados entre os meses de Junho a Agosto de 2015, permitiram compreender o comportamento dos elementos climáticos em diferentes tipos de uso e cobertura do solo e em distintas condições de tempo, em interação com as características naturais e antrópicas da área da bacia do córrego Marinheiro. A partir da leitura dos dados históricos, dos dados de campo e através da análise de cartas temáticas da bacia do córrego Marinheiro (mapas de relevo, orientação e inclinação das vertentes e uso da terra) foi possível elaborar a carta de unidades climáticas correspondente à área da bacia do córrego Marinheiro. Foram definidas três unidades climáticas, com as seguintes características; unidade de transição (A.1) na qual a cobertura vegetal se apresenta pela presença de gramíneas e arbustos, o relevo nesta unidade apresenta topos de morros e médias vertentes com orientação preferencial NW; na unidade mata ciliar (A.2) há formações de porte arbóreo nos topos de morro, escarpas e planícies florestadas com orientação predominante NE. Esta unidade apresentou as menores temperaturas e maior umidade relativa do ar entre as três, com média de 18° C e 80,8% respectivamente. Na unidade INMET (A.3) estão as planícies cobertas de gramíneas e cultivos na bacia, com grande incidência de radiação direta e as maiores temperaturas e menor umidade do ar, médias de 20,8° C e 68,4%.

A INFLUÊNCIA LITOESTRUTURAL NO SURGIMENTO E ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE DRENAGEM EM ROCHAS QUARTZÍTICAS NO ESPINHAÇO MERIDIONALMG

Data de Defesa:
19/08/2016

O canal fluvial é um importante agente modelador do relevo. Assim, compreender a sua gênese e estruturação ao longo do tempo tornou-se ponto chave em vários trabalhos geomorfológicos. Contudo, a relação com a litoestrutura não é clara e pouco abordada. Isto é relevante em regiões marcadas por históricos tectônicos que controlam toda evolução regional, como no Espinhaço Meridional (SdEM), divisor hidrográfico de três das principais bacias de Minas Gerais: São Francisco; Jequitinhonha; Doce. Vários trabalhos já foram desenvolvidos na SdEM com intuito de compreender sua evolução geológica e geomorfológica. Todavia, o entendimento dos processos relacionados à gênese e estruturação da rede de drenagem ainda é relativamente pouco abordado em termos do seu *modus operandi*. Deste modo, o objetivo principal deste trabalho foi o de compreender melhor a relação entre o desenvolvimento da rede de drenagem e as características litoestruturais na região de rochas siliciclásticas na SdEM. Para isso, retiraram-se as direções dos principais lineamentos estruturais e dos eixos de evolução das cabeceiras, focalizando as diferenças entre as bacias do Pardo e Jequitinhonha e diferentes Formações pertencentes ao Supergrupo Espinhaço. Mapearam-se as cabeceiras de drenagem que fogem às definições tradicionais, buscando identificar padrões para seu surgimento. Verticalizaram-se os estudos em duas cabeceiras, do Córrego Pé de Moleque e do Córrego das Pedras, pretendendo estabelecer relações entre as coberturas superficiais e comportamento hidrológico. Identificaram-se os pontos de exfiltração nas duas áreas amostrais, os quais foram caracterizados de acordo com sua morfologia e tipo de exfiltração. Determinou-se a relação entre as características estruturais das rochas e as de direção de fluxo formados a partir dos pontos de exfiltração. Também, realizaram-se perfis de eletroresistividade para compreender a dinâmica interna da água. Os resultados demonstram que o eixo de evolução das cabeceiras de drenagem apresentam relativas correlações com a direção dos lineamentos principais da área de estudo, mais destacado na bacia do rio Pardo. Nas diferentes Formações, Galho do Miguel, Sopa-Brumadinho e Córrego do Pereira apresentaram melhores correlações que as demais Formações. Quanto às cabeceiras que escapam das definições tradicionais, a maioria encontra-se na bacia do rio Pardo e situam-se em cotas altimétricas entre 1.100 e 1.400 m, associadas a sequências de sinclinais-anticlinais e falhas normais. Nas áreas amostrais, as coberturas superficiais demonstraram estreita relação com o material de origem e os pontos de exfiltração apresentam influência litológica no seu surgimento. Notam-se diferenças na dinâmica hídrica das duas áreas, enquanto no Córrego Pé de Moleque o escoamento superficial é controlado pelo processo de escoamento por saturação e pelo modelo hortoniano, no Córrego das Pedras o fluxo d'água e mais controlados pelos processos de throughflow e de baseflow.

IMPACTOS DA VERTICALIZAÇÃO E ADENSAMENTO DAS EDIFICAÇÕES EM TOPOCLIMAS E MESOCLIMAS NA PORÇÃO NORTE DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA (MG)

Lilian Aline Machado

Orientador:

Prof. Dr. Wellington Lopes Assis

Data de Defesa:

19/08/2016

O Município de Nova Lima apresenta uma geomorfologia marcada por terrenos movimentados, inseridos no conjunto sobrelevado do Quadrilátero Ferrífero, característica que, aliada à estrutura de propriedade das terras, retardou o avanço da metrópole belorizontina em seu espaço. Entretanto, após sucessivas mudanças no zoneamento do Município de Belo Horizonte e Nova Lima, e o incentivo do governo municipal desse último, a ocupação urbana se expandiu para a área limítrofe entre os municípios, composta pelos bairros Vila da Serra, Vale do Sereno, Jardinaves, Jardim das Mangabeiras, Jardim das Torres e Piemonte sob um padrão de intensa verticalização e adensamento urbanos. Considerando-se os possíveis impactos climáticos advindos da verticalização, surgiu a preocupação quanto ao padrão de ocupação assumido nesses bairros. Assim, o objetivo deste trabalho foi analisar as relações entre os componentes urbanos e geocológicos em interação com a atmosfera na porção norte do município de Nova Lima. Foram diagnosticadas as respostas térmica, hídrica e anemométrica frente às características geocológicas e de ocupação urbana dos bairros, em escala micro e topoclimática, procurando vincular as respostas obtidas nessas escalas à organização escalar em níveis superiores (mesoclimático e local). Foram realizadas coletas de temperatura, umidade relativa do ar, direção e velocidade dos ventos em dois experimentos de campo. A análise rítmica foi empregada para a avaliação dos sistemas atmosféricos atuantes no período amostral. Os resultados atestaram a influência do processo de urbanização e verticalização sobre a camada laminar da atmosfera local. O atual uso e ocupação do solo potencializou o aquecimento atmosférico em determinados períodos do dia, interferindo na direção e velocidade dos ventos e diminuindo a umidade do ar. Foi observado que a topografia e morfologia locais assumem papel primário na dinâmica dos elementos climáticos, tendo seus efeitos influenciados ou potencializados pelo adensamento urbano. Foi elaborado um mapa de unidades topoclimáticas definidas na área de estudo como forma de síntese do diagnóstico realizado. Os processos climáticos envolvidos na discretização de cada unidade foram ilustrados em perfis esquemáticos, bem como as relações escalares identificadas na área.

Mateus Braga Silva dos Santos

Orientador:

Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski

Data de Defesa:

22/08/2016

VERTIGENS PARA PERTURBAR A RAZÃO: A TECNOCIÊNCIA NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Esta pesquisa tem como recorte as práticas científicas no âmbito processo de licenciamento ambiental. Tomo o pensamento epistemológico como fundamento teórico para questionar as naturezas, as lógicas e as finalidades da ciência; e o materialismo histórico e dialético como orientação de método para estudar a reificação das ações dos cientistas nas normas da legislação ambiental e nos objetos técnicos do licenciamento. Num primeiro momento, o objetivo é compreender como os cientistas afirmam nos fatos as verdades científicas. Num segundo, é refletir acerca dos conteúdos científicos e filosóficos das normas e dos objetos técnicos. Por fim, o objetivo é problematizar a razão política e econômica contida na tecnociência. Como conclusão, abordo três pontos críticos: a neutralidade científica, a sujeição do político ao econômico, e a (im)possibilidade da democracia para além da razão tecnocientífica.

CRISE, URBANO E REVOLTA: AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Manuela Mendonça de Alvarenga

Orientador:

Prof. Dr. Sérgio Manuel Merencio Martins

Data de Defesa:

22/08/2016

A presente dissertação consiste em um conjunto de ensaios com questionamentos mobilizados a partir das Jornadas de Junho de 2013. Vistas como um acontecimento urbano, as Jornadas de Junho abriram o caminho, a partir de suas contradições e desdobramentos políticos, para uma série de interpretações a respeito da realidade brasileira e global. Comumente visto como um ponto de ruptura que abriu o caminho de uma “crise política”, somada a uma sequência de outras “crises”; ou como um elemento a mais a somar-se à “tempestade perfeita” que teria atingido o Brasil repentinamente, este acontecimento exige uma teorização para além do seu tempo-espaço imediato de ocorrência. Neste sentido se coloca uma hipótese: o acontecimento urbano de Junho de 2013 é uma forma de expressão momentânea do processo de urbanização da sociedade e, doravante, é ao mesmo tempo forma de expressão concreta da crise do capitalismo e da resistência à mesma num “campo cego”. Com temas que perpassam importantes debates da teoria crítica da sociedade, buscamos pensar os (des)caminhos do pensamento revolucionário em um “tempo de expectativas decrescentes”. De forma transversal, os conceitos de crise e de urbano se imiscuem como elementos constituintes do modo de produção capitalista, sempre em um movimento contraditório, que irrompe em enigmáticos atos de protesto em momentos nebulosos.

Cristiano da Cruz Sena

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Heloísa Soares de Moura Costa

Data de Defesa:

23/08/2016

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO SOCIAL: O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIOESPACIAIS NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

A produção do espaço de Belo Horizonte tem como principais agentes o Estado e o mercado imobiliário, a presente pesquisa tem como objetivo entender a formação das periferias do município através das Políticas Públicas de Habitação Social. A hipótese levantada é que o Estado sempre atuou de forma direta ou indiretamente da formação das periferias.

A presente pesquisa trata de desvelar as estratégias territoriais, das empresas imobiliárias, de localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Após seis anos do início do maior programa habitacional do país, se constata que em grande medida, os locais para a implantação dos empreendimentos agudizam o processo de periferização, tanto da capital mineira, quanto de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

Historicamente as franjas periféricas e/ou os terrenos pouco favoráveis à habitação sempre foram ocupadas pela classe trabalhadora de Belo Horizonte, passando pelos primeiros operários da construção civil, que ajudaram a erguer a nova capital, aos trabalhadores que hoje, trabalham, em sua maioria, na construção civil e no setor terciário.

Portanto em nosso campo de análise estão presentes as manifestações do capital e dos seus agentes no ambiente construído, assim como, as políticas estatais, marcadamente, nas áreas de habitação social e na regulação urbanística. Metodologicamente a pesquisa foca na região Nordeste da capital, uma vez que a região, historicamente, foi ocupada pela população mais pobre da capital mineira e onde estão concentrados os empreendimentos da FAR-PMCMV, destinados a população com a renda mais baixa.

A discussão final da pesquisa aponta o aprofundamento da periferização e da segregação socioespacial do município de Belo Horizonte. O mapeamento feito demonstra que grande parte dos empreendimentos, principalmente da Região Nordeste da capital, estão em locais que necessitaram de grandes intervenções por parte do município, ocasionando grandes ônus para o município. Em grande medida, a localização dos empreendimentos foi feita à revelia das indicações do PLHIS e do Plano Diretor Regional. O discurso do tanto do setor imobiliário quanto dos órgãos governamentais é uníssono, a culpa é da “escassez” de terrenos adequados para a construção dos empreendimentos.

Ademais, o PMCMV se tornou, em nossa concepção, a única solução possível para os problemas habitacionais, desconsiderando uma miríade de possibilidades que poderiam ser mais viáveis em determinadas situações. Assim as propostas contidas no Plano Local de Habitação Social de Belo Horizonte publicado em 2010 (um ano após a criação do PMCMV) foram, em grande medida, desconsideradas pela nova política.

MINERAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL EM CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO: DESAFIOS DE UMA (DES) ORDENAÇÃO TERRITORIAL

Igor Lacerda Ferreira

Orientador:

Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo

Data de Defesa:

23/08/2016

O estudo analisa os impactos gerados pelo projeto Minas-Rio, grande empreendimento minerário da Empresa Anglo American, no município de Conceição do Mato Dentro. O objetivo é destacar a instalação e operação desse empreendimento minerário no município e sua relação com a política ambiental e as unidades de conservação, levando em conta os territórios em conflito.

O trabalho buscou contextualizar o tema estruturando o texto em cinco partes. Na primeira parte será abordado a revisão teórica que terá como foco a questão do território e do meio ambiente. A apropriação do território ocorre no contexto da globalização com a exploração de recursos naturais que servem de matéria prima para indústria de base dos países centrais. Nesse contexto, os impactos gerados no meio ambiente são de grandes proporções, por isso a questão ambiental e o discurso do desenvolvimento sustentável serão o objeto da reflexão teórica. Na segunda parte, o texto se dedica a contextualização dos territórios conflitantes que são assim pontuados: 1 – o território da população tradicional da cidade e de seus distritos com seus aspectos históricos; 2 - território da conservação ambiental com suas unidades de conservação; 3 – território da mineração e a contextualização do Projeto Minas Rio; 4 - território dos trabalhadores migrantes; 5 – território do poder público. Na terceira parte são discutidos os mecanismos legais existentes de licenciamento ambiental e da compensação ambiental. Na quarta parte, o texto se dedica à contextualização das políticas ambientais e das unidades de conservação no município de Conceição do Mato Dentro. Por último as considerações finais.

CONFLITOS PELA ÁGUA EM MINAS GERAIS: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE E À GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Observamos nos últimos anos, principalmente a partir de 2013, uma maior visibilidade de conflitos relacionados à água em Minas Gerais e no Brasil, associados, a princípio, ao agravamento da seca ocorrida no período 2013-2015. No entanto, conflitos fazem parte da história da humanidade e surgem de diferentes interesses e ideias sobre dada questão. Reflexões acerca de conflitos pela apropriação de um elemento vital como a água se fazem necessárias, principalmente no contexto atual. Assim, esse estudo buscou compreender e discutir como conflitos pela água são entendidos, assumidos e tratados pelo sistema técnico-jurídico-político de gestão de recursos hídricos em Minas Gerais. Também foram avaliadas as estratégias e ferramentas adotadas no gerenciamento desses conflitos (declarações de áreas de conflito e concessão coletiva do direito de uso das águas). Foram constatados diferenciados cenários de conflito, em função de diferentes contextos e concepções de conflitos por água. Os conflitos identificados pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) representam situações-limite de indisponibilidade quantitativa de água do ponto de vista técnico e legal. É evidenciada a impossibilidade do Estado conceder o direito de uso de recurso hídrico a usuários no âmbito da outorga – instrumento de gestão da política das água. Esses conflitos situam-se no contexto da institucionalização da gestão dos recursos hídricos pelo Estado e a luta se dá pela garantia legal de uso consuntivo de água, vista como recurso hídrico e tratada como insumo produtivo. Os conflitos por água apontados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Grupo de Estudos de Temáticas Ambientais (Gesta) da UFMG e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) representam situações em que a qualidade, a quantidade e o regime das águas, essas vistas como bem comum e vital, foram alteradas a ponto de comprometer a reprodução social, cultural e a qualidade de vida coletiva. Os conflitos situam-se no contexto da ambientalização das lutas sociais, sob a perspectiva da justiça ambiental, e se dão pelo acesso à água enquanto direito humano.

O TERRITÓRIO DA MATA DOS CRIoulos E DEMANDAS TERRITORIAIS DISTINTAS: CONTRADIÇÕES ENTRE COMUNIDADES QUILOMBOLAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Tainá Gonçalves Bulhões

Orientador:

Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski

Data de Defesa:

24/08/2016

O uso dos recursos naturais de forma degradadora fez emergir a preocupação com destruição da biodiversidade e a capacidade de suporte da Terra, que levou à criação de áreas naturais protegidas que visam à proteção e conservação da natureza. Em paralelo surgiram preocupações quanto o histórico extermínio dos povos e comunidades tradicionais, com a repressão e o preconceito contra suas culturas e a exploração dos seus territórios e de sua força de trabalho. Essas duas concepções manifestam-se no território, que se materializa através das relações humanas e, portanto implicam em disputas de poder. O objetivo geral dessa pesquisa é entender a relação de comunidades tradicionais com as formas de proteção da natureza impostas pelo Estado, por meio da territorialidade que ambas exercem. Partindo da hipótese que as formas de proteção ambiental que proíbem a permanência e o uso de recursos naturais por comunidades tradicionais encerram em conflitos territoriais e socioambientais que prejudicam tanto a manutenção desses povos quanto a efetividade da proteção ambiental. A comunidade quilombola Mata dos Crioulos está situada no Alto Jequitinhonha que sobrepõe nesse caso, a Serra do Espinhaço região que foi reconhecida como Reserva da Biosfera do Espinhaço pela UNESCO, e área prioritária para a conservação de seus biomas. Assim foram criadas unidades de conservação que sobrepuseram e envolveram a Mata dos Crioulos, como o Parque Estadual do Pico do Itambé, o Parque Estadual do Rio Preto e a Área Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes. O regulamento de tais Unidades de Conservação quanto ao uso dos recursos naturais interfere na convivência dos quilombolas com o espaço físico resultando na indicação de duas propostas contraditórias de territorialidade. Dessa forma se define o objetivo específico de investigar os interesses contraditórios instituídos no território da Mata dos Crioulos, localizada no município de Diamantina. Para compreender essa contradição, responsável pelos conflitos socioambientais deste estudo de caso, foi realizado a análise da territorialidade das unidades de conservação por meio do acompanhamento de reuniões e ações do Conselho do Mosaico do Espinhaço, do seu Grupo de Trabalho de Turismo e da realização de entrevista semiestruturada com gestor de Unidade de Conservação. Para análise da territorialidade quilombola foram realizadas visitas de campo e entrevistas com a comunidade. Os dados foram analisados e aplicados à matriz FOFA e geraram como resultado a indicação da possibilidade de coexistência dessas territorialidades, se for considerado pelo Estado que a Mata dos Crioulos é um agente histórico da conservação ambiental na região, ouvindo e ponderando seus saberes e usos para a conservação ambiental e planejamento territorial.

Floriana de Fátima Gaspar

Orientador:

Prof. Dr. Geraldo Magela Costa

Data de Defesa:

25/08/2016

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO POPULAR: A CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS E A BUSCA PELO DIREITO À CIDADE

O trabalho trata do planejamento e gestão participativos, no âmbito do poder público municipal, a partir de sua capacidade de formação de sujeitos.

LUGARES EM CENA: CAMINHOS DOCUMENTÁRIOS

Helena Augusta da Silva Gomes

Orientador:

Prof. Dr. Cássio Eduardo Viana Hissa

Data de Defesa:

25/08/2016

Daila Coutinho de Araújo

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Heloísa Soares de Moura Costa

Data de Defesa:

26/08/2016

AS AVENIDAS DA METRÓPOLE, AS RUAS DO LUGAR. PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES DA LAGOINHA E DA AVENIDA PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS (BELO HORIZONTE, MG)

As avenidas e as ruas de uma cidade representam mais que apenas locais destinados à circulação de veículos, pedestres e mercadorias: elas são elementos cruciais para a produção social do espaço urbano. Na primeira parte desta dissertação, relacionamos a avenida à dimensão espacial definida por Henri Lefebvre como espaço concebido, fruto do planejamento urbano tecnicista, burocrático e racional – distante da ordem próxima e, portanto, abstrato. Destacamos o seu papel na constituição da metrópole orientando-nos por dois elementos: “O Plano”, no qual o plano urbanístico de Belo Horizonte é apresentado como símbolo de um projeto de modernização alheio à realidade social; e “As avenidas”, trazendo as avenidas do plano como elementos articuladores da ordem e do progresso anunciados e, posteriormente, da expansão urbana para o norte e para o oeste – dando indícios de uma configuração metropolitana. Ao final, nos dedicamos às reformas e aos projetos de remodelação da Avenida Presidente Antônio Carlos, que marcam profundamente o espaço belo-horizontino – principalmente a região do bairro tradicional da Lagoinha. Na segunda parte, nos norteamos pela compreensão de que, apesar da abstração do espaço concebido das avenidas, a cidade pode ser apropriada com outros sentidos a partir do espaço vivido. Trazemos como elementos orientadores: “As ruas”, que estabelecem sua urbanidade na medida em que se tornam locus do encontro, da festa, da celebração das diferenças e, também, da vida cotidiana – com suas inerentes contradições e alienação; e “O espaço vivido”, evidenciando o bairro da Lagoinha segundo as formas de apropriação dos seus espaços (das ruas, mas também da Avenida Presidente Antônio Carlos) como lugar e como obra. Na apropriação como lugar, são as experiências dos moradores as responsáveis pela criação de sentidos e identidades em nível subjetivo. Na apropriação como obra, os processos de significação partem das propostas dos autores, sendo a obra a responsável por inspirar sentidos em seus observadores. Desta maneira, se a vida cotidiana representa o tempo da alienação a partir da repetição maçante dos eventos do dia a dia, é através dela que se dão as apropriações criativas e transformadoras do espaço. Por meio de uma prática coletiva centrada no valor de uso e na cotidianidade (o cotidiano não dirigido pelo consumo), nasce a práxis urbana – uma prática reflexiva e não alienada. A revolução urbana almejada por Lefebvre se dá, então, através das transformações do cotidiano na criação de obras e lugares.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E OS LIMITES DO CAPITAL: CONTRADIÇÕES DO CAPITAL NA RELAÇÃO ENTRE ESTADO, PLANEJAMENTO E A OUC EM BELO HORIZONTE

Thiago Teixeira da Cunha Coelho

Orientador:

Prof. Dr. Sérgio Manuel Merencio Martins

Data de Defesa:

26/08/2016

Esta dissertação pretende avançar na compreensão da tentativa de aplicação do instrumento urbanístico Operação Urbana Consorciada (OUC) e as questões que envolvem suas particularidades em Belo Horizonte (OUC Antônio Carlos-Leste/Pedro I – Leste/Oeste). A partir da análise do uso desse instrumento em outras cidades do Brasil e de como se encontra caracterizado na legislação brasileira, reconhecemos a necessidade de aprofundar as reflexões sobre o capitalismo contemporâneo. Para tal, incursionamos nas análises marxianas do desenvolvimento do capital, desde os fundamentos da circulação simples até o capital como totalidade. Pretendemos, portanto, compreender como as contradições fundamentais do capital se desenvolvem e constituem elementos que se transformam em barreiras no interior do seu desenrolar histórico. Neste contexto, alguns elementos ganham centralidade, como é o caso do capital financeiro e fictício, a renda da terra urbana e a dessubstancialização do capital.

Nesta situação, em que o capital repõe contínua e ampliadamente as contradições que busca superar, os instrumentos urbanísticos aparecem como uma forma de ação estatal pela qual seria possível reter, para redistribuir conforme critérios de políticas públicas, uma parcela da “mais-valia fundiária urbana”, cumprindo assim seu papel constitucional. O que, porém, esbarra numa concepção equivocada da relação entre a produção do espaço urbano e as contradições do capital, onde a ação do Estado, através do instrumentos urbanísticos, é tratada como elemento separado das dinâmicas de aprofundamento da crise do capital. Temos, portanto, de retornar às categorias da economia política para avançar no entendimento de como estes elementos “públicos” são parte autonomizada da dinâmica totalizante do capital, considerando o caráter ilusório da OUC, pois seu potencial de redistribuição é também aquilo que cria as condições para as mudanças na renda da terra urbana e na reprodução crítica do capital.

RELAÇÕES SOLO-PAISAGEM E MODELO DE PREDIÇÃO DE SOLOS DA BACIA DO CÓRREGO MARINHEIRO, SETE LAGOAS (MG)

Este trabalho teve como objetivo o estudo das relações solo-paisagem da bacia do córrego Marinheiro, Sete Lagoas (Md), as quais associadas ao conhecimento da geografia da área de estudo, permitiram desenvolver e avaliar um modelo de predição de solos. A bacia do córrego Marinheiro caracteriza-se pela alta variabilidade fisiográfica e relevância no contexto geográfico no qual está inserida, além de ser alvo de impactos da expansão urbana e especulações quanto ao seu potencial hídrico. A partir de uma análise inicial das relações entre material de origem, fitofisionomias e variáveis topográficas derivados do modelo digital de elevação de alta resolução espacial, foi possível constatar uma alta variabilidade fisiográfica na bacia. O relevo irregular na porção montante e em pontos localizados da bacia demonstrou maior associação com os granito-gnaisses do Complexo Belo Horizonte e com os calcários da Formação Sete Lagoas, enquanto as áreas de declives mais suaves predominaram sobre material de siltitos da Formação Serra de Santa Helena. Realizou-se um levantamento detalhado de solos que compreendeu 21 unidades de mapeamento e 1V subordens de solos, caracterizando uma alta variabilidade de classes para uma área de 1,8 m². Os Latossolos Vermelhos e Vermelho-Amarelos foram as classes mapeadas de maior ocorrência espacial na bacia, enquanto que os Cambissolos Háplicos foram os de maior participação entre as unidades de mapeamento. As diferentes litologias, no geral, demonstraram maior influência nas propriedades físicas e morfológicas dos solos do que nas classes propriamente ditas. As informações levantadas associadas ao conhecimento adquirido no estudo das relações solo-paisagem possibilitou o desenvolvimento de um modelo digital de solos para a bacia. O modelo foi construído a partir do método de pesos de evidência e executado na plataforma de modelagem open source Dinamica EdO. utilizou-se uma amostragem de 2 perfis de solos e 1R pontos de verificação analisados e descritos em campo como variável resposta. um mapa de probabilidade foi gerado para cada uma das 16 classes de solos identificadas, os quais foram combinados em um único mapa resultando em 12 unidades de mapeamento (rM). Os Latossolos, Argissolos, Nitossolos e Cambissolos foram os solos de maior ocorrência entre as rMs, sendo a primeira classe a de maior participação total (\cong RoB). Quando comparados visualmente, os mapas de solos predito e convencional apresentaram similaridades entre os delineamentos e as distribuições das unidades de mapeamento. A validação do mapa predito resultou em uma correspondência espacial média de 81,6RB com o mapa de solos de referência obtido por métodos convencionais, demonstrando a eficiência do modelo na predição da ocorrência espacial das classes de solos. O mapeamento digital demonstrou ser uma técnica promissora por possibilitar a sua reprodutibilidade para regiões sem informações e com fisiografia semelhante, otimizando recursos e tempo.

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E OS NOVOS SENTIDOS DO LUGAR: PENSANDO A COTIDIANIDADE DA POPULAÇÃO INTERNA AO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DO TABULEIRO / MG FRENTE À NOVA REALIDADE

Daniel Gomes Batista de Oliveira

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Vilma Lúcia Macagnan Carvalho

Data de Defesa:

12/09/2016

A discussão acerca da criação das Unidades de Conservação da Natureza (UCs) vem crescendo no Brasil e no mundo e muitas vezes vem acompanhada de uma exclusiva preocupação com a proteção da biodiversidade e cumprimento dos protocolos globais, e se esquece das populações que porventura ocupem aquela área, de suas percepções, de seu sentimento de lugar e das mudanças em suas cotidianidades, o que pode gerar conflitos. Ainda que esse cenário esteja ganhando espaço nos debates mundiais e locais, a criação e gestão das UCs brasileiras, em vários casos, acarretam em perdas materiais e imateriais para os moradores nela presentes. Com os gestores sem condições de fazer a regularização fundiária e a indenização prevista, o que resta são restrições às atividades cotidianas dos moradores. Esta pesquisa procura refletir acerca das modificações sentidas, principalmente pelos moradores do Parque Natural Municipal do Tabuleiro (PNMT), no município de Conceição do Mato Dentro, Minas Gerais, após a criação da UC. Para melhor reflexão, nos aproximamos dos estudos Fenomenológicos e de percepção ambiental, utilizando de relatos dos atores envolvidos a fim de perceber como cada um desses atores compreende e atua sobre as relações estabelecidas regionalmente frente ao PNMT. Também abordamos alguns conceitos – percepção ambiental, conflito ambiental, lugar, identidade territorial e território - inerentes as questões ambientais e à própria Geografia, para que estes sirvam de base para o entendimento do contexto ao qual esta pesquisa está inserida. Também, para melhor contextualização e compreensão das atuais gestões, trazemos uma discussão histórico-conceitual das áreas protegidas no mundo e no Brasil, que tem atualmente o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) como lei que regulamenta e estimula a criação de UCs. Assim foi possível perceber o distanciamento entre os olhares dos atores envolvidos com relação aos aspectos de criação, à significação dada, às ações exercidas, bem como às expectativas representadas pelo PNMT, apontando para a necessidade crucial de se compreender o mundo-vivido das populações internas, à fim de contribuir tanto para a proteção à biodiversidade quanto para dirimir a criação de sentimentos topofóbicos com relação ao lugar.

ÁREAS ÚMIDAS (AUs): BASES TEÓRICO-CONCEITUAIS E LEGAIS E PROPOSTAS DE DEFINIÇÃO E DE PARÂMETROS HIDROGEOMORFOLÓGICOS PARA A CLASSIFICAÇÃO DAS AUs DE MG

As Áreas Úmidas (AUs) são consideradas como um dos ecossistemas mais relevantes do mundo em termos ambientais e sua perda pode resultar em grandes danos ambientais e socioeconômicos. O Brasil tornou-se membro da Convenção de Ramsar em 1996, mas pouco avançou na concepção e aplicação de critérios sobre as AUs. Uma das consequências é facilmente verificada em termos de marginalização das AUs no campo científico e legal. Para uma efetiva proteção das AUs brasileiras é necessário aprofundar as pesquisas relacionadas à sua concepção, suas características e formas de proteção, as quais demandam princípios e fundamentos multidisciplinares, pois envolvem diferentes campos de pesquisa e uma ampla gama de tipologias associadas a diferentes contextos hidrogeomorfológicos e climáticos. Este contexto se traduz na ausência consensual na definição de AUs na literatura internacional e nacional, tanto no meio científico quanto legal. A visão do geógrafo, horizontalizada e multidisciplinar, é potencialmente útil para contribuir com os estudos das AUs. Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa foi articular uma proposta de definição de AUs e uma proposta de parâmetros hidrogeomorfológicos para compor os primeiros níveis de um sistema de classificação das AUs de Minas Gerais. Para tanto, foram feitos estudos das referências conceituais e institucionais das AUs no contexto internacional e nacional e de sua base teórico-conceitual; estudos dos principais sistemas de classificação existentes na literatura estrangeira e brasileira; e entrevistas com especialistas para auxiliar no embasamento da proposta conceitual e de parâmetros hidrogeomorfológicos para compor os primeiros níveis de um sistema de classificação das AUs de Minas Gerais. Com base nos resultados verificou-se que para conseguir reduzir as diversas divergências e ambiguidades existentes na concepção de AUs e avançar em termos de proteção e gestão dessas áreas, considera-se que uma definição de referência de AUs deva englobar as características que assumem papel central na formação, identificação, delimitação e classificação das AUs. Neste caso, a definição deve contar com fatores hidrológicos, do relevo, do solo e da vegetação. Além disso, verificou-se que a abordagem de proteção e gestão das AUs foi historicamente baseada em critérios destinados à conservação da fauna e da flora. Entretanto, na prática, estes critérios não garantem sua conservação ou de gestão apropriada. Dessa forma, para uma proteção mais efetiva das AUs, foi sugerido a inclusão de parâmetros HGM nos primeiros níveis de classificação, pois apresentam um caráter mais amplo e unificador em relação à vegetação, facilitam a localização e a contextualização das AUs na paisagem e avaliam o seu mecanismo de funcionamento, identificando as inter-relações com o relevo e a dinâmica hidrológica do entorno, as áreas de recarga e descarga e aquelas com maior vulnerabilidade física.

PAISAGENS E IMAGENS AMAZÔNICAS: OS CAMINHOS DO IMAGINAR, OLHAR E SENTIR

Juliana Martins Fonseca

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Maria aparecida Tubaldini

Data de Defesa:

29/09/2016

O homem elabora imagens do mundo que o cerca revestidas de significações e valores que se expressam e referem à paisagem. O resgate dessas imagens é um fator importante para que o homem cultive sua existência, vivencie o seu espaço e construa a sua história. A paisagem é concebida como expressão do mundo da vida, ou de ser-no-mundo, visto que é o encontro, o acontecer simultâneo de um local, um olhar e uma imagem. Desenvolvido na perspectiva da fenomenologia, esse trabalho apresenta um caráter exploratório e descritivo. Essa reflexão visa analisar e descrever as imagens oriundas do ato de experienciar a paisagem amazônica. A pesquisa bibliográfica, o levantamento de dados por entrevistas e o trabalho de campo compreendem os procedimentos metodológicos. Os relatos obtidos não oferecem um esquema de experiências comuns, mas um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias sobre a Amazônia. As imagens que as pessoas elaboram da porção do espaço onde vivem, vivificam e edificam os saberes locais e possibilitam que o estranho, se torne próximo. A pesquisa possui como foco a região Central de Rondônia, mais especificamente o município de Cacoal, alvo de diversos projetos de colonização; frentes de expansão agropecuária e considerada uma das frentes pioneiras mais dinâmicas da Amazônia brasileira. A paisagem é no presente trabalho o ponto de partida para reflexões mais amplas, visto que, antes de tudo, experimentamos a paisagem para poder percebê-la. O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser no futuro.

Orientador:

Prof. Dr. Klemens Augustinus Laschefski

Data de Defesa:

09/10/2016

Esta pesquisa parte da realidade urbana tal qual experienciada pelas famílias que não conseguem acessar o direito constitucional à moradia no domínio da cidade formal. Nesse cenário, iluminam-se as ocupações urbanas da Izidora, Rosa Leão, Esperança e Vitória, localizadas na região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. Com o objetivo de encontrar os processos desencadeadores de sofrimento social experienciados pelos moradores das ocupações, este trabalho, todavia, deparou-se com a “felicidade social”; enquanto proposta-antítese. Assim sendo, um tipo distinto de felicidade – enraizada no lugar e satisfeita, unicamente, por este – tornou-se a mensagem proeminente dos moradores das ocupações, muito embora não apagasse as marcas do sofrimento social nas suas trajetórias de vida. Descobrimos, pois, que o processo de transformação do espaço num lugar – caminho de realização da “felicidade social” – envolve a vivência pelos ocupantes da conexão corpo-alma-terra-comunidade, ao que denominamos de poética do habitar. Durante o trabalho de campo, por sua vez, a metodologia dos encontros foi sendo redefinida de forma com que a emoção dos moradores pelo lugar florescesse. Nesse sentido, a prosa, como exercício do diálogo que se pretende horizontal, tornou-se a essência da prática e seu principal desafio; aprender a respirar, silenciar, ouvir. Para tanto, com o intuito de abreviar o método científico de pensar, e tornar o caminho da pesquisa compatível com os sonhos de mudança, utilizamos como norte as prerrogativas da ciência-saber: artesanaria do fazer com o outro pela valorização das experiências sociais. Dessa forma, no horizonte de uma utopia-realista, entre o possível-impossível do urbano, vislumbramos a realização do direito a outras cidades como processo de descolonização do imaginário; cuja missão é (re)estabelecer o vínculo sagrado do homem com a terra em que habita como ponto de inflexão para um novo modelo de compreensão da realidade. Nesse processo, eis que surge o lugar como escala estratégica de resistência da luta de classes e, ao mesmo tempo, como locus privilegiado de desenvolvimento de racionalidades alternativas.

PRÁTICAS E POSSIBILIDADES DE UMA HORTA ESCOLAR: O SEU LUGAR NO PROGRAMA ESCOLA INTEGRADA

Monica Mascarenhas da Silva

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Valéria de Oliveira Roque Ascenção

Data de Defesa:

16/12/2016

Hortas escolares vêm sendo utilizadas globalmente como uma prática educativa e sendo destacadas como diretrizes em alguns programas nacionais (principalmente quando se toca na crise socioambiental contemporânea e na segurança alimentar). Apesar de seu uso não ser recente na educação, os propósitos para sua implantação se modificam ao longo das situações a que a sociedade vem enfrentando, principalmente com a incorporação de hábitos alimentares que não condizem com um comportamento que pretende mitigar muitos de nossos problemas socioambientais. As hortas escolares se revelam importantes por ser um ambiente educativo e coletivo onde a vivência é fundamental, uma vez que manifesta o quanto é necessário respeitar os ciclos da natureza e onde muitas outras aprendizagens podem ser extraídas. A horta escolar pode ser uma possibilidade para se adquirir uma visão mais holística do mundo, já que nossa permanência nele depende da ampliação do nosso saber nas mais variadas áreas. No caso de Belo Horizonte, as hortas são uma realidade desde 1993 como uma proposta de ação educativa para muitas escolas através do programa Hortas Escolares e Comunitárias, desenvolvida pela prefeitura e com a colaboração da EMATER. Tais hortas se deparam muito com um outro programa municipal “Escola Integrada” que segue a concepção da educação integral. Busca-se neste presente trabalho apresentar esta realidade das hortas em Belo Horizonte e revelar sua apropriação pelos alunos da Escola Municipal Professor Paulo Freire. Questiona-se como a prática da horta promove uma educação pautada na experiência e na participação coletiva, além das compreensões que ela pode proporcionar aos estudantes acerca de seus benefícios. No mesmo sentido a horta pode possibilitar vivências geradoras de memórias importantes para o futuro dos estudantes que as usufruem. Por fim, esta pesquisa registra contribuições de atores importantes na continuidade de uma horta escolar, o que tem sido um problema para algumas escolas de Belo Horizonte. Ademais, pretende-se descobrir de que modo é possível construir um ambiente que seja duradouro e frutífero para os que o utilizam e quais são as influências mais pertinentes quando se tem uma horta escolar.

ERRATA

- Na *Capa* da revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016:

Onde se lia:

“Julho - Dezembro vol.13 nº2 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- Na *Ficha catalográfica* da revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016:

Onde se lia:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pósgraduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - vol.12 nº1 (Jan-Jun) 2016 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2016”

Leia-se:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pósgraduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - vol.12 nº2 (Jul-Dez) 2016 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2016”

- No artigo *Agentes produtores do espaço na Serra do Cipó (MG): um breve paralelo*, de autoria de Guilherme Augusto Pereira Malta, Maria Flávia Pires Barbosa, Solano de Souza Braga, Bernardo Machado Gontijo, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No artigo *O não-moderno e a dialética na crise da modernidade: Uma visão sobre a perspectiva urbana de Lefebvre*, de autoria de Victor Augusto Campos Alves, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No artigo *Os lugares da festa: narrativas de espaço, tempo e etnicidade no Congado mineiro*, de autoria de Patrício Pereira Alves de Sousa, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No artigo *Análise da precipitação e eventos extremos em região semiárida: o caso da sub-bacia hidrográfica do Rio Figueiredo, Ceará - Brasil*, de autoria de Bárbara Maria de Almeida Maia, Flávio Rodrigues do Nascimento, Francisco Sérgio de Almeida Pinheiro, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No artigo *Análise multitemporal dos estágios de desenvolvimento da atividade turística e das mudanças no uso e ocupação do solo do distrito de Monte Verde (MG)*, de autoria de Laura M. G. Salles Bachi, Marcos Antonio Timbó Elmiro, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No artigo *Mapeamento digital para indicação preliminar de áreas suscetíveis a desastres mistos*, de autoria de Silvia Elena Ventrini, Évelyn Márcia Pôssa, Thiago Gonçalves Santos, Juliano Batista Romualdo, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No documento *Dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Geografia/UFMG no 2º semestre de 2016*, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”

- No documento *Teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG no 2º semestre de 2016*, publicado na revista Geografias, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 12, n. 2, jul./dez. 2016”